

**A TRAJETÓRIA DO SUJEITO:
DA FASE DO OUTRO QUE CALA
À FACE DO OUTRO QUE FALA**

Elisângela Leal da Silva Amaral (UEMS)

elisilvamaral@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

1. Introdução

Antes de refletir sobre o papel do sujeito de/em uma dada instituição, ou sobre a identidade que se constitui sobre/para esse elemento de relevância inegável, necessário se faz retomar a constituição de uma disciplina que abarca essa representação, e por meio da qual tem se articulado o trabalho desenvolvido em nossa pesquisa de mestrado. É necessário ter em vista que inúmeros campos científicos apresentam a necessidade de tentar compreender esse fenômeno. Obviamente, de acordo com cada especificidade e objeto de estudo – seja um estudo para efeito de conhecimento do assunto, ou com fins de pesquisa para fundamentação de determinada análise, ou até mesmo por questões de inconformismo com os conceitos atribuídos por/para determinado campo de saber no momento de observação ou análise de um *corpus* – faz-se necessária uma abordagem específica, aquela que possa ir ao encontro do referencial teórico adotado.

Nesse sentido, o que se propõe com este estudo é refletir um pouco mais sobre o tema a fim de poder observar com mais clareza os efeitos e relações que a constituição desse elemento tende a exercer sobre um objeto de pesquisa, mais especificamente em análise do discurso, e ainda, analisar, sob enfoques dados por respeitáveis teóricos, os conceitos passíveis de colaborar com a linha de pesquisa do curso em questão.

2. Abordagens sobre concepções de sujeito

Pode-se dizer que, se em uma disciplina específica a discussão sobre sujeito já não é tão simples, no caso da análise do discurso, a situação se complica um pouco mais pelo próprio processo de constituição da citada cientificidade, que se forma entre as fronteiras de três outros referenciais teóricos, ou campos de estudos científicos, no caso das três, ci-

ências reconhecidas e atuantes com seus objetos de estudo definidos e delimitados de forma sistemática. Assunto que será abordado com um pouco mais de clareza em outra ocasião, uma vez que mereça um lugar de destaque.

Vários pesquisadores já demonstraram inquietudes sobre este assunto, Mussalim o explica como abordagem de conveniência frente a determinado campo de pesquisa:

Assim, o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a análise do discurso uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produto de um trabalho ideológico não consciente (MUSSALIM, 2003, p. 110).

Essa constatação é facilmente compreendida quando se pensa que a análise do discurso se organiza sob, – ou, dependendo do ponto de vista, sobre – a aceitação da existência de uma ideologia decorrente do materialismo histórico, que, para ganhar expressão, se manifesta por meio da linguagem. É relevante abrir um parêntese neste ponto a fim de lembrar que a linguagem não se manifestará sem o homem, ainda que outra base inicial da análise do discurso, o estruturalismo, assim o defendesse.

Nesse sentido, Orlandi muito colabora ao afirmar que “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados, pela língua. Poder-se-ia acrescentar aqui que nada disso se concretizaria sem o homem, já que se a história faz o homem, é ele quem também a faz, num jogo de interferência mútua, sem delimitação de início nem de fim, mas real e materializado pela língua, e língua humana para ser mais enfático, sem a preocupação estrutural da redundância.

Seguindo essa linha de raciocínio, ou de abordagem, parafraseando Helena H. Nagamine Brandão, serão apresentados alguns tipos de sujeito, até alcançar o modelo adotado pela análise do discurso, tendo como justificativa o fato de que a própria análise do discurso, para constituir-se, trafegou por outros domínios. No entanto, é bom que se entenda que as considerações feitas neste trabalho, ocorrerão de forma mais superficial, sendo coerente com o fato de que uma abordagem com maior profundidade requer um nível de maiores investigações, o que não se dá em início de pesquisa, portanto o que tem sido apresentado aqui são observações de um trabalho em andamento.

Os filósofos sempre exigiram um ponto fixo como condição inicial do pensamento, capaz de dar conta da existência das coisas, dos homens e da totalidade do conhecimento de ambos. Para o filósofo grego este ponto fixo é o

Ser, princípio da existência e da inteligibilidade do real. O conhecimento aparece como um desvelamento do Ser na sua inteligibilidade, de sorte que o ato de conhecer é um re-conhecer (ou lembrar como diz Platão) o sentido já inscrito nas próprias coisas por essa força produtora originária que é o *Ser*. (CHAUI, *apud* BRANDÃO, 1994, p.15)

É preciso esclarecer que o **ser**, na concepção do filósofo, era algo exterior ao homem, ou seja, o ser podia captar o conhecimento que já existia exterior à sua existência, a criação era atributo de Deus – criação em primeiro grau –; o homem, a partir dessa concepção, não criava nada, apenas recriava, imitava a primeira criação, – criação de segundo ou terceiro grau, de acordo com a posição ocupada que podia variar de artesão a artista.

No entanto, a própria filosofia, com o advento do humanismo, transfere o ser de fora para dentro do homem por meio da aceitação da consciência. Brandão vai explicar que “O nascimento da subjetividade, sob a égide do cartesianismo, vai implicar, dessa forma, uma transformação do conhecimento da realidade: o real passa a ser apreendido pela consciência.” (BRANDÃO, 1994, p. 16).

É interessante observar que, em sequência ao deslocamento conceitual inicial, novas transformações vão sendo exigidas e fundamentadas por outros teóricos. Brandão segue citando mais alguns, por meio de observações valorizadas neste trabalho por se tratar de interesses comuns. Assim, considerando a abordagem da autora:

Hegel introduz a primeira crítica à concepção de subjetividade, atrelada a uma certa noção de representação. O ponto fixo é substituído agora pelo dinamismo da dialética, desestabilizando a noção de subjetividade. A subjetividade não está na identidade, mas na relação opositiva que todo ser mantém com o outro. (BRANDÃO, 1994 p. 17-18)

Aparece na citação anterior o que seria parte componente do embrião para o futuro sujeito da análise do discurso, uma vez que o materialismo histórico passará a postular as questões para a justificativa da ideologia, a psicanálise passa a contribuir com a tomada do inconsciente e Pêcheux passa a usar tudo isso para formular as condições de produção, explorando, em uma fase mais evoluída a relação com o outro e suas implicações na problemática do discurso. Nessa mesma sequência teórica, as contribuições de outro relevante nome nesse campo merece destaque. Trata-se do pensamento foucaultiano que “contesta uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem.” (BRANDÃO, 1994, p. 20).

Até esse ponto, são ressaltados dois tipos fundamentais de sujeito, um que é demarcado como fonte criadora de diversas situações e outro constituído por algumas situações que determinam sua existência em uma instância mais passiva, não necessariamente nessa ordem específica, até porque, no decorrer da história, linhas de pesquisas diferentes retomam ou recriam abordagens ora em direção de ascendência temporal, ora fazendo o inverso.

Após introduzido no campo específico da linguagem, o termo passa a angariar outras abordagens na sequência dessa trajetória. Benveniste vem introduzir o **eu** e o **tu**. Surge então a existência de um enunciado, e consequentemente, um enunciador (eu) que, ao enunciar, o faz a um tu. “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente uma alocação – ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1974, p. 82). De modo que o locutor, na visão de Benveniste, é objeto de supremacia privilegiando-se em relação ao interlocutor, embora ambos exerçam papéis de protagonistas da enunciação, porém não em igualdade de representação.

Por hora, é considerada satisfatória a abordagem mais generalizada sobre sujeito, pois o que se pretendia era traçar, ainda que de forma superficial, a trajetória de um elemento imprescindível para a compreensão do objeto que motiva essa pesquisa, por meio de sua trajetória até o campo da linguagem. Esse elemento é o sujeito. Dessa forma, uma vez chegando ao terreno da linguagem, é preciso que se abra um parêntese para as transformações que resultam com a instituição da análise do discurso, o instrumental teórico sob o qual se encontram as bases metodológicas e os referenciais teóricos aos quais esse trabalho está indireta e diretamente atrelado. Indireta porque por hora trata-se do início de um estudo, que se pretende aprofundar, sobre sujeito; diretamente devido ao fato de essa investigação existir para se inserir em uma pesquisa sobre determinado discurso, tendo como instrumento a Análise do Discurso de linha francesa. Assim sendo, é interessante lançar um olhar mais observador sobre a demarcação existencial da análise do discurso.

3. Breve histórico sobre as origens da análise do discurso

O estudo de textos já era preocupação de linguistas antes de 1960. Ao que hoje a análise do discurso atribui o nome de discurso, anteriormente, se intitulava “texto”, era estudado sob enfoques mais voltados a práticas escolares, “enfim, a prática escolar referida é a explicação de textos, presente sob múltiplas formas em todo aparelho de ensino, da es-

cola à universidade”. (MAINGUENEAU, 1993, p. 10). Desse modo, “a missão de interpretar textos fazia da filologia, ciência usada para esse intento na época, apenas “*a serva de outras ciências*”. (MAINGUENEAU, 1993, p. 9), uma vez que sua finalidade se restringia a, desvendar o que os autores das diversas áreas “quiseram dizer”, aliada à história, como era comum na Europa daquela época. Assim, Maingueneau (1993, p. 10) descreve a filologia.

A filologia foi chamada “a mais difícil arte de ler”. Ou seja, o papel da filologia consiste em determinar o conteúdo de um documento lavrado em língua humana. O filólogo quer conhecer a significação (*sic*) ou a intenção daquele cuja fala é conservada através da escrita. Deseja captar a cultura e o meio no interior dos quais este documento nasceu e compreender as condições que permitiram sua existência (...). Para o filólogo, a ciência da linguagem propriamente dita (...) é apenas um conjunto de meios para atingir o sentido contido na palavra escrita ou falada. (...) Se a filologia se aplica a problemas verdadeiramente linguísticos, como a fonética, a morfologia, a sintaxe ou a semântica, é apenas para assegurar uma interpretação exata.

As preocupações filológicas de então eram bem semelhantes aos estudos da interpretação de textos presente na disciplina escolar intitulada língua portuguesa, por meio da qual se procura inquirir, através de informações linguísticas, as ocorrências que compõem o texto, sem, por muitas vezes, preocupações político-ideológicas. Fato que ocorre também nas outras ciências escolares, nas quais os textos se destinam a passar informações relevantes sobre determinados domínios científicos.

Antes de Maingueneau, Pêcheux já se ocupara de justificar filologia:

Faz-se necessária uma abordagem, ainda que um tanto sintetizada, da filologia devido ao fato de que ela seja a antepassada direta da análise do discurso de linha francesa, “[...] as questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder as questões que diziam respeito ao sentido do texto – o que o autor quis dizer” (PÊCHEUX, 1990, p. 61).

Dessa forma, das informações textuais, praticamente, apenas valorizavam-se informações explícitas, considerando o que houvesse de implícito apenas conhecimento referente ao campo do assunto correspondente. Nesse sentido, não havia necessidade de um sujeito que desempenhasse um papel, ou possuísse uma função conforme a análise do discurso postula hoje, o autor apenas transmitia informações relacionadas aos conteúdos, científicos ou não, de acordo com suas atribuições. Posicionava-se como aquele que, quando falava ou escrevia, produzia um texto que falava por si só, estruturado dentro dos conjuntos de normas de de-

terminada língua. Fundamenta-se a observação de Maingueneau (1993, p. 9) – acerca de a análise do discurso poder ser definida como “*o encontro de uma conjuntura intelectual e de uma prática escolar*”.

Da mesma forma, em concordância com Maingueneau, Pêcheux (1990) afirma:

Até os recentes desenvolvimentos da ciência linguística, cuja origem pode ser marcada com o *Curso de Linguística Geral*, estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar *textos*, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, e da atividade do gramático sob modalidades normativas ou descritivas (...)

Nesse sentido, fica evidente que o estudo de língua e o estudo de texto se fundem ou se confundem, uma vez que, até Saussure, o protagonista era o texto e sua informatividade como representante ou elemento reprodutor da língua e sua estrutura, era objeto de estudo o que queria dizer aquele ajuntamento de palavras e frases organizadas em torno das regras de determinada língua. A existência de um autor era fator insignificante, o texto era o protagonista, e significava por meio do conjunto estrutural da língua que o compunha.

Em contrapartida, a chamada conjuntura intelectual é formada de pesquisadores que buscavam no texto informações que iam além da estrutura inicial, como estruturas gramaticais de uma língua. Ao passarem a se organizar “*em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, a linguística, o marxismo e a psicanálise*”, os novos estudiosos da linguagem passam a defender que a “*língua tem sua ordem própria*” (ORLANDI, 2012, p. 19); passa-se a conceber o texto originário do lugar onde se localiza um sujeito histórico, atravessado por uma história contínua, constituído por meio de atos discursivos em uma historicidade de permanente transformação da qual, dialogicamente, ele é “agente” e “paciente”, ele é “causa” e “consequência”; interiorizado por a uma consciência materializada, alheia ao seu domínio; cujo dizer é atravessado por outros dizeres anteriormente ditos. Nesse sentido, “O analista do discurso, vem dessa forma trazer sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas. Como todo hermeneuta, ele supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível.” (MAINGUENEAU, 1993, p. 10). Assim surge ganha terreno o trabalho do analista do discurso e se estabelece a razão da necessidade de sua existência, bem como se fundamenta a identidade da análise do discurso.

3.1. Breve abordagem sobre elementos estruturais no interior da análise do discurso

Estudar análise do discurso implica reconhecer que há um entrelaçamento entre linguagem, ideologia e inconsciente, bem como que da fusão dessa trilogia será originado o discurso, que ao se realizar atesta a existência de um sujeito. Nesse sentido, para conceber o sujeito sob o ângulo da análise do discurso, necessário se faz refletir um pouco sobre alguns fatores que lhe são caros. Em uma ordem aleatória, a primeira abordagem será sobre a palavra, já que desse modo, há uma reflexão sobre a forma como a análise do discurso concebe o sentido.

Frente à pretensão de se pensar em sujeito, necessário se faz refletir sobre discurso, entretanto nenhum dos dois se faria concreto sem a existência da palavra. Bem além do signo saussuriano, em sua pressuposição significante/significado, a palavra reclama estabelecimento de sentido. Vazia, desprovida de inata carga semântica, aguarda que os elementos que compõem o contexto do espaço de onde emerge se juntem para significá-la. Vem pelos anos que atravessaram a história da existência humana, se juntando com tudo isso a ideologia, numa historicidade contínua e constante, afinal “não basta colocar face a face dois homo sapiens para que os signos se constituam” (BAKHTIN, 2010, p. 35), há todo um conjunto de fatores, dentre eles esquecimentos, polissemia das vozes que de longe ecoam.

Nesse contexto, é relevante mencionar o entendimento que a análise do discurso atribui à palavra, conceito perfeitamente condizente com o atribuído por Bakhtin nas duas citações que se seguem: “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência.” (BAKHTIN, 2010, p. 36) “mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro.” (BAKHTIN, 2010, p. 37). Nesse sentido, fica claro que os sentidos que se apropriam da palavra são exteriores a ela, estão relacionados à ideologia que determina a formação discursiva, numa complexa estrutura que vai influenciar e compor as condições de produção, ou seja, é por meio de uma relação dialógica entre todos os elementos que compõem o jogo de imagens de Pêcheux, que se estabelecerá o sentido de uma palavra, e por consequência, o de um discurso. Como afirma Orlandi: “para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante.” (ORLANDI, 2012, p. 47)

3.2. Breve abordagem sobre o(s) sujeito(s) da análise do discurso

Na mesma proporção em que a palavra é um elemento neutro, que depende da relação com o outro para se estabelecer como objeto constituinte de algum sentido, bem como necessita do contexto social em que é proferida para que enunciador e interlocutor se definam ou limitem-se a fim de que um discurso se materialize, o sujeito, que, em primeiro momento, captamos como signo, da mesma forma que ocorre com qualquer signo, desperta em nós, como outro, como interlocutor, a busca pelo sentido. Faz-se importante ressaltar, que tal elemento, o sujeito, atingido pela polissemia linguístico-estrutural, absorve pela história sentidos diversos. No entanto, numa reflexão no âmbito da análise do discurso, a referência cabível trata não do sujeito-indivíduo produtor consciente de uma mensagem ou referencial conteudista, plenamente consciente e autor de um enunciado próprio, estabelecido frente à sua criação, mas de um constituinte atravessado por uma ideologia materializada por meio da linguagem.

Há, segundo Orlandi (2012, p. 50), que se levar “*em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica*”, por esse aspecto, torna-se necessária, neste ponto, a retomada de alguns pontos referentes ao berço da análise do discurso, para uma reflexão menos ingênua.

Após os deslocamentos sofridos pelo *signo sujeito* em sua perspectiva histórica até chegar à forma em que a análise do discurso passa a concebê-lo ao constituir-se um campo teórico-metodológico, essa disciplina de entremeios, em um fluxo histórico evolutivo-transformacional não se detém. Seguindo um processo de rompimento com arestas conceituais das ciências que a rodeavam, e das quais passa a se apropriar para existir, chega ao ponto de “romper” consigo mesma. É o que pode ser fundamentado com a fala de Possenti ao dizer que “Às vezes ruptura significa instaurar uma problemática nova (...). Às vezes, significa mais claramente a ocupação do mesmo campo de outra forma” (POSSENTI, 2003, p. 356) Nesse sentido é que a análise do discurso se demarca em três fases distintas, ocasionando que, em cada uma delas, exista um tipo diferenciado de sujeito.

Se para Althusser a ideologia é a força propulsora capaz de mover tudo o que ocorre na esfera da vida, e se essa mesma ideologia vem atravessar o sujeito materializando-se por meio da linguagem, assim também há uma dialogia sempre complexa entre quem/o quê constitui quem/o quê:

(...) a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, – acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. (ALTHUSSER, 2012, p. 93)

Para entender Althusser, necessário se faz reconhecer a relação de interdependência existente entre estes três elementos: discurso, ideologia e sujeito. Conjunto no qual a ordem pode, sem nenhum risco de deteriorização, nem alteração de sentido ou valor, variar. Apoiando-se em afirmações de Orlandi: “Esta é a marca da subjetivação, e ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados.” (ORLANDI, 2012, p. 47) torna-se mais facilitada a compreensão daquilo que se trata com essa aparente contradição. Ora, na mesma medida em que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, o sujeito é atravessado pela ideologia, que só é passível de atingir a materialidade por meio da linguagem, ou seja, a ideologia jamais fluiria sem o discurso, que é realizado pelo sujeito. Nesse sentido, não há sujeito sem ideologia, assim como não há ideologia sem sujeito.

Desse modo a análise do discurso se fundamenta justificando seus rompimentos com aquelas que foram os embriões da constituição desse campo de saber. Enquanto a linguística estruturalista de Saussure compreendia os estudos linguísticos baseada em uma língua autônoma, fundamentada na própria estrutura e independente do falante, a Análise do discurso vem reintegrar esse falante e mais: não aceitando atribuir a ele valor inferior ao dispensado à língua. Em relação à necessidade de se produzir sentido, vai bem além da interpretação da filologia com seus textos produzidos por autor. O homem, que a psicologia concebia apenas como ser consciente, sob os ângulos da análise do discurso torna-se um ser atravessado por muitas vozes, afetado pela linguagem e pela ideologia dos aparelhos ideológicos aos quais é submetido passando a se comportar de acordo com as ideias vigentes nos mesmos, seja em suas atitudes ou nos discursos proferidos em meio aos esquecimentos, de tal forma que se torna capaz de crer estar no controle daquilo que lhe escapa no ato de sua fala, ou melhor dizendo, da formação discursiva.

A ruptura é progressiva, e no caso do materialismo histórico, um fato mais que outros chama a atenção; trata-se de como o próprio discurso da análise do discurso passa por rompimentos que compreendem a divisão que se dá originando sua divisão em três fases. A fase inicial, intitulada análise do discurso-1 “explora a análise de discursos mais estabele-

zados” (MUSSALIN, 2000, p. 117), ou seja, discursos provenientes de uma mesma linha ideológica. Discursos proferidos num espaço em que entre sujeito e interlocutor haja relativa comunhão ideológica.

Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus suportes. (PÊCHEUX, 1990, p. 311)

Nessa fase, a análise do discurso concebe o sujeito como um mero reproduzidor de um discurso realizado por “uma máquina discursiva (por exemplo um mito, uma ideologia, uma episteme)” (PÊCHEUX, 1990, p. 312), máquinas equivalentes que não gerariam jamais discursos polêmicos ou conflituosos entre si.

Já fase da análise do discurso-2, o que vai ocorrer é uma pequena desestabilização, nada muito polêmica, no entanto já é possível observar certa contrariedade entre o interior da máquina discursiva e seu “exterior: uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar) (PÊCHEUX, 1990, p. 314). Aqui a ideia da existência de um outro é mais evidente, porém as formações discursivas apenas se colocam lado a lado, sem movimentos que denotem realmente uma grande diferença metodológica.

Nesse processo gradativamente progressivo, chega-se ao sujeito da análise do discurso-3, agora não mais tão somente reproduzidor de uma fala proveniente de uma máquina, mas um elemento que se erige entre o “discurso-outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 316). Se todo o processo que envolve a análise do discurso nunca foi simples, essa fase que passa a explorar um sujeito de entrediscursos passa e denotar uma complexidade ainda maior. Se antes a psicanálise dava conta de torná-lo inconsciente a fim de que fosse atravessado por uma ideologia que se materializasse por meio da linguagem sem o menor controle do sujeito de então, já que era apenas o reflexo de uma máquina; Pêcheux agora se depara com a “heterogeneidade” com o “ego-eu” (PÊCHEUX, 1990, p. 316). Nesse sentido, começam a surgir questões:

Como separar, nisso que continuamos a chamar “o sujeito da enunciação”, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma *posição do sujeito*? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “ego-eu” vacila? Como inscrever as

consequências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos da análise? (PÊCHEUX, 1990, p. 317).

Desse modo, poderia ser considerado heresia por parte de analisatas mais extremistas levantar algum questionamento sobre o atributo de inconsciência do sujeito intitulado *sujeito da análise do discurso*. Para não cometer tal “ingenuidade”, é melhor deixar que o próprio Pêcheux questione, e, a partir de então, trabalhar com as hipóteses que se possam retirar de seus questionamentos. Poderia haver estratégia sem que houvesse reflexão? Nos instantes nos quais o *sujeito não surge* haveria consciência? E linguagem? E “dizeres”? Se há *falhas no controle*; haveria controle?

Não pretendemos, obviamente, fechar dando as respostas, não é do intuito desse trabalho a intenção simplista de tentar reduzir a complexidade da análise do discurso a concepções encerradas, mesmo porque um campo fechado seria um campo estéril de possibilidades, e a ciência é viva, progressiva e transformacional, assim como a linguagem. Outras pesquisas já trilharam esse caminho, é considerado satisfatório, no entanto, a fim de não tentar aprofundar demasiada e inutilmente, considera-se eficiente citar apenas a constatação do pesquisador Sírio Possenti: “os sujeitos são históricos e atuam; (...) a ideologia está sempre presente, mas não é a única realidade e também é histórica, (...) os sujeitos estão irremediavelmente dentro e fora do arquivo, quem sabe mesmo arquivando” (POSSENTI, 2003, p. 102).

Outra contribuição interessante por parte do mesmo pesquisador diz respeito ao *papel* do sujeito em meio a situações de tensão, o que remete ao termo estratégia citado anteriormente por Pêcheux: “a interação existe e se caracteriza pelo jogo tenso entre o que já houve e o acontecimento circunstancial que ela é, no qual os sujeitos têm um papel que ultrapassa o lugar que ocupam segundo o imaginário.” (POSSENTI, 2003, p. 102). Certamente, se já havia muitos buracos na rede que metaforiza a análise do discurso na fase de seu surgimento, após a análise do discurso-3, os buracos são multiplicados a cada reflexão. Nesse sentido, a problemática seguirá se estendendo ainda por muitos textos e discursos, por diversos tipos de sujeitos.

4. Considerações finais

Frente à estruturação de uma relativamente jovem disciplina, algumas problemáticas de extrema relevância se apresentam. Dentre elas,

uma em especial tem motivado muitas reflexões; trata-se da discussão sobre o sujeito da análise do discurso, bem como, se, nesse contexto, haveria apenas uma forma aceitável, ou compatível com a formação teórica da referida disciplina e com a gama de discursos que a permeiam.

Diversos pesquisadores já se posicionaram a respeito dessa problemática. Cerceados pelos extremistas que relutam em conservar as postulações teóricas do início dos estudos de Pêcheux, surgem outros que se dispõem, como pesquisadores em exercício de profissão, a investigar hipóteses que vão surgindo em concomitância com discursos formais, ou simplesmente com situações corriqueiras do cotidiano que envolvem o pronunciamento da linguagem.

Essa reflexão nos levou a percorrer diversos caminhos já trilhados, e, sem ter como negar a autenticidade da análise do discurso, ficou notório que ao ouvir/ler tantos outros discursos, passamos, por meio da interação, a ter o nosso construído, um interdiscurso, que passa a motivar um maior posicionamento frente à problemática citada; que instiga uma busca mais minuciosa da fundamentação teórica para o fim que se propõe, bem como novas releituras do material já explorado.

Em relação ao tema da reflexão, seus questionamentos e problemáticas, fica evidente que, mediante as mudanças já ocorridas nas três diferentes fases da análise do discurso, que não se deram separadas de influências sociais, históricas, ou ideológicas novas concepções e abordagens que denotem maior flexibilidade não seriam totalmente novas, da mesma forma que a própria análise do discurso defende a inexistência do totalmente inédito, seriam apenas ajustes frente à sociedade e política que também fazem parte das condições de produção de qualquer discurso reportado ao tempo atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad.: Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. A subjetividade no discurso. In NASCIMENTO, E. M. F. S.; GREGOLIN, M. R. V. P. (Orgs.). *Proble-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mas atuais da análise do discurso. Araraquara: UNESP, 1994.

FOUCAULT, Michel, *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad.: Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: ____; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, Izabel. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, 1996, p. 37-47.